

# **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CENTRO MG DA REDE CEDES**

**Ana Cláudia Porfírio Couto  
Luciano Pereira da Silva  
Camila Evelin Roque  
Glauce Teixeira Alves  
(Orgs.)**



**UTOPIKA  
EDITORIAL**



**POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE ESPORTE E LAZER:  
CENTRO MG DA  
REDE CEDES**

**Organizadores:**  
**Ana Cláudia Porfírio Couto**  
**Luciano Pereira da Silva**  
**Camila Evelin Roque**  
**Glauce Teixeira Alves**

**2019**



Presidente da República  
**Jair Messias Bolsonaro**

Ministro da Cidadania  
**Osmar Gasparini Terra**

Secretário Especial do Esporte  
**Décio dos Santos Brasil**

Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS  
**Washington Stecanela Cerqueira**

Diretor do DEDAP  
**Angelo Roger Aroldo de França Costa**

Diretor do DEGEP  
**Hélio da Costa Ferraz Neto**

Coordenador-Geral da CGLIS  
**Clemente Mieznikowski**

SECRETARIA ESPECIAL DO  
ESPORTE

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA





**Universidade Federal de Minas Gerais**

**Sandra Regina Goulart Almeida**  
Reitora

**Alessandro Fernandes Moreira**  
Vice-Reitor

**Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

**Gustavo Pereira Côrtes**  
Diretor

**Lygia Paccini Lustosa**  
Vice-diretora

**Centro de Desenvolvimento de  
Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES de Minas Gerais**

**Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto – UFMG**  
Coordenação Geral

**Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva – UFMG**  
Coordenação Adjunta

Conselho Editorial:

**Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto**

**Profa. Dra. Christianne Luce Gomes**

**Prof. Dr. Daniel Marangon Teixeira**

**Profa. Dra. Elisângela Chaves**

**Profa. Dra. Giselle Helena Tavares**

**Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama**

**Profa. Dra. Kátia Lúcia Moreira Lemos**

**Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva**

**Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva**

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação  
**UTOPIKA EDITORIAL**

P769 Políticas Públicas de Esporte e Lazer: CENTRO MG da Rede CEDES / Ana Cláudia Porfírio Couto, Luciano Pereira da Silva, Camila Evelin Roque, Glauce Teixeira Alves. (orgs.). – Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2019.  
176p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-67783-07-9

1. Lazer. 2. Esporte. 3. Políticas Públicas. 4. Financiamento. I. Couto, Ana Cláudia Porfírio. II. SILVA, Luciano Pereira da. III. ROQUE, Camila Evelin. IV. ALVES, Glauce Teixeira.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.**



# SUMÁRIO

## PREFÁCIO 11

Leila Mirtes Magalhães Pinto

## 1. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER DA REDE CEDES DO ESTADO DE MINAS GERAIS 13

Ana Cláudia Porfírio Couto e Luciano Pereira da Silva

## 2. O TEMPO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA VILA DA PAZ/ PROGRAMA JUDICIAL PARA REMOÇÃO E REASSENTAMENTO HUMANIZADO DE FAMÍLIAS DO ANEL RODOVIÁRIO E BR-381 EM MINAS GERAIS 21

Paula Ângela de Figueiredo Paula

## 3. A DANÇA NOS PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE: TRAJETÓRIA DE PESQUISA 39

Elisângela Chaves e Natália de Oliveira Silva

## 4. FINANCIAMENTO DE PESQUISAS SOBRE ESPORTE E LAZER NO BRASIL E EM MINAS GERAIS: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES 55

Giselle Helena Tavares, Maria Clara Elias Polo e Letícia Ramos Rodrigues

## 5. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E DO ESTUDO SOBRE O FUTEBOL 1980 – 2016 73

Adriano Lopes de Souza, Alexandre Francisco Alves,  
Felipe Vinícius de Paula Abrantes, Indiamara Bárbara da Silva,  
Luiz Gustavo Nicácio, Marina de Mattos Dantas,  
Priscila Augusta Ferreira Campos,  
Thiago José Silva Santana e Silvio Ricardo da Silva

## 6. PESQUISANDO AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO: UMA TEMÁTICA DE LAZER SAÚDE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 97

Pedro Augusto Resende Amorim, Kátia Lúcia Moreira Lemos e  
Ana Cláudia Porfírio Couto

**7. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER:  
LIMITES E POSSIBILIDADES NOS PAÍSES DA COMUNIDADE ANDINA 109**  
Christianne Luce Gomes, Luciana Noya e Iuri Cordeiro

**8. A CONSTRUÇÃO DE SABER DOS GESTORES DO  
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE 129**  
Hélder Ferreira Isayama, Marcília de Sousa Silva, André Henrique Capi,  
Lucilene de Alencar das Dores e Rita Maria Peloso Grasso

**9. ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER:  
O CASO DE BELO HORIZONTE/MG 147**  
Luciano Pereira da Silva, Brisa de Assis Pereira,  
Ludmila Miranda Sartori e Natascha Stephanie Nunes Abade

**10. BOLSISTAS DO CENTRO DE MINAS GERAIS:  
A EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA DE CINCO ESTUDANTES 169**  
Gabriele Álvares Silva, Ana Carolina Alves de Oliveira,  
Frederico Prado da Silveira, Camila Evelin Roque e Glauce Teixeira Alves

### **3.**

## **A DANÇA NOS PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE: TRAJETÓRIA DE PESQUISA**

**Elisângela Chaves  
Natália de Oliveira Silva**

Dentre as possibilidades de investigação das apropriações da dança no mundo contemporâneo, sua presença como atividade e/ou conteúdo nos projetos sociais no Brasil apresenta uma interessante potencialidade para pesquisas em suas mais diversas formas de existência, sistematização, intenções e propostas. Os projetos sociais são um rico espaço para reflexão, experimentação e desenvolvimento de práticas corporais idealizadas como alternativas de promoção de inclusão social e alternativas educacionais em combate ao quadro de desigualdades em nosso País.

Em atenção a estas demandas, o Grupo de Pesquisa EDUDANÇA, vinculado a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG, busca fomentar um espaço acadêmico de debate, estudo e produção de conhecimento sobre a dança e suas relações com a Educação Física, a Cultura, a Educação e o Lazer. Interessa-nos o desenvolvimento de pesquisas que investiguem as apropriações da dança para além de sua concretização artística, que explorem também suas dimensões socioculturais enquanto fenômeno lúdico, político e identitário. Segundo Maria do Carmo Saraiva (2012),

A questão da sensibilidade humana, frequentemente colocada nos limiares do processo histórico-cultural pela produção do conhecimento, é de suma importância para entendermos possibilidades de interação entre as vivências da dança e as efetivas experiências estético-expressivas para todas as pessoas, sem distinção de gênero, etnia, religiões, deficiências, entre a dança e as possibilidades de todos os corpos”. (SARAIVA, 2012, p.15).

Aos projetos sociais, de forma genérica, vincula-se a ideia de construção da cidadania, geralmente com iniciativas organizadas para fruição do tempo livre dos frequentadores, muitas vezes em parceria com as escolas e contam, em grande parte, com a participação de organizações não-governamentais (ONGs), a partir de financiamento de origens privadas diversas (oriundas de fundações internacionais ou nacionais) ou de recursos públicos. Alguns destes projetos objetivam a educação para o tempo livre, o que, segundo Melo (2008, p.14), busca apresentar alternativas ao que é massificado pelos meios de comunicação, constituindo-se, fundamentalmente, como um processo de educação das sensibilidades. Nos últimos 14 anos, no âmbito das políticas públicas, o governo federal brasileiro, através de diferentes ministérios como da Educação, do Esporte e da Cultura, ou mesmo por outros poderes públicos vinculados às esferas estaduais e municipais, destinaram recursos através da abertura de editais para o desenvolvimento de ações de intervenção social. Ação política constante nos governos Lula e Dilma.

Através da Chamada Pública 1-2015, do Ministério do Esporte do Brasil, com a abertura do edital de financiamento para pesquisas pela Rede CEDES<sup>1</sup> que criou 27 Centros de Desenvolvimento de Pesquisas sobre Esporte e Lazer, o Edudança juntou-se à proposta de criação do Centro Mineiro da Rede CEDES e, dessa forma, elaboramos um projeto de investigação com objetivo de realizar um mapeamento da Dança enquanto prática desenvolvida no PELC de 2010 a 2016. Nosso intuito era o de buscar identificação e caracterização de como a dança estava sendo apropriada neste programa de esporte e lazer, levando em consideração o desenvolvimento de atividades sistemáticas (trabalhos contínuos e periódicos) e assistemáticas (tais como

---

<sup>1</sup> A Rede CEDES também é um programa do Ministério do Esporte executado pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte, por meio do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais (DEDAP) e a Coordenação Geral de Lazer e inclusão Social (CGLIS), com o apoio da Coordenação Geral de Acompanhamento da Execução (CGAE) do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (DGEP). Criada em 2003, a Rede CEDES cumpre um papel importante no atendimento aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Esporte (2005). Tem como referência o art. 217 da Constituição Federal 1988, que trata do dever do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não formais e de lazer como direito de todos os cidadãos e o art. 218, segundo o qual o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, visando participar da educação da população e orientação de gestores e agentes nas suas tomadas de decisões sobre as políticas públicas do País.

eventos, festivais culturais, festivais de dança, dentre outros). Mediante a aprovação deste projeto, passamos a compor esta importante Rede que agrega Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas sem fins lucrativos, tendo por objetivo geral fomentar e socializar informações e conhecimentos fundamentados nas Humanidades, visando ampliar a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer no País, com um centro em cada Estado da federação.

### **Da proposta à realização da pesquisa**

No intuito de desvelar de que maneira a dança vem sendo apropriada nas vivências comunitárias subsidiadas por políticas públicas e gestão participativa do lazer financiadas pelo poder público, elaboramos uma proposta de investigação sobre as manifestações de dança em um programa social do Governo Federal, criado em 2003, o Programa Esporte Lazer da Cidade – PELC, criado no Ministério do Esporte através da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEELIS. Esta secretaria desenvolve programas no âmbito do lazer que possuem abrangência nacional, visando fomentar políticas públicas e sociais que atendam à demanda da população, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social.

A partir de 2010, uma parceria estabelecida entre a EEFETO, da UFMG, e a SNEELIS, ME, possibilitou o acesso recorrente ao relato do grande número de atividades de dança propostas e desenvolvidos nos convênios do Programa Esporte Lazer da Cidade – PELC nas mais diferentes localidades do país. Esta informação demarcou uma ampliação do olhar sobre a dimensão de possibilidades do ensino da dança neste programa em relação à expansão da territorialidade e os sentidos e significados da apropriação dança como forma de lazer educativo. Esta perspectiva nos mobilizou a propor um mapeamento e caracterização das atividades de dança que acontecem no PELC de 2010 a 2016, buscando reflexões acerca das apropriações da dança como prática de lazer desenvolvida no âmbito destes programas. Almejávamos, também, a construção de um banco de dados para análises. Questionávamos como a dança se manifestava neste programa e quais os impactos eram gerados por esta prática no campo do lazer viabilizada por uma política pública com financiamento no esporte e lazer.

Compreender as apropriações da dança nestes espaços, necessitava, ao nosso ver, de informações sobre a dimensão do ensino de danças nestes programas para sustentação de debates sobre as demandas e necessidades do

setor. A elaboração de um mapeamento foi o caminho metodológico inicial idealizado para buscarmos condições de uma compreensão sobre a dança neste contexto. Os dados para realização do mapeamento foram coletados junto aos relatórios dos programas acessíveis no banco de dados dos programas no Ministério do Esporte, no período anterior a implementação do Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PELC – MIMBOÉ e no próprio MIMBOÉ, após sua implantação. O MIMBOÉ é um sistema que nos possibilita calcular indicadores que relacionem o desenvolvimento pedagógico das atividades e outros registros de execução de ações. Segundo Soares e Khalifa (2015, p.4), a criação desse sistema teve como objetivo

[...] viabilizar o funcionamento de um Sistema de Monitoramento e Avaliação (SM&A) que possibilitasse o monitoramento e a avaliação de processos e resultados dos programas, periodicamente, através de coleta, alimentação, armazenamento e processamento de informações em um sistema on-line”. (SOARES; KHALIFA, 2015, p.04).

Tal proposta de monitoramento foi aprovada em 2013 e foi iniciada, de fato, em outubro de 2014. Ainda, segundo as autoras, foram realizadas oficinas de trabalho que contavam com a presença de gestores do ME (Ministério do Esporte), coordenadores dos programas na UFMG, dos articuladores e também com alguns formadores dos programas, no intuito de revisar a Plataforma e de construir de indicadores que possibilitassem verificar o alcance dos objetivos estabelecidos.

A coleta de dados, realizada através da plataforma MIMBOÉ, que está situada no portal PST Brasil, nos permitiu acesso aos registros de monitoramento das atividades do PELC. Este acesso é restrito a equipe de acompanhamento do projeto e pessoas autorizadas. Neste sentido, fizemos uma solicitação e fomos autorizadas pelo Ministério do Esporte a ter um cadastro como pesquisadoras para ter acesso às informações. Inicialmente, localizamos os convênios cadastrados por ano e, em seguida, verificamos e transcrevemos os arquivos encontrados. Na plataforma há uma aba de Documentos que contém o Planejamento Pedagógico aprovado e, por vezes, as grades horárias dos agentes sociais e das práticas realizadas. Também fizeram parte da amostra outros arquivos identificados na aba de acompanhamento da plataforma. São eles: Planejamento Pedagógico (PP), Programação Módulo Introdutório I, Programação Módulo Introdutório II, Programação Módulo Avaliação I, Programação Módulo Avaliação II e Grade Horária<sup>2</sup>.

A partir das informações coletadas e transcritas, elaboramos uma tabulação para a melhor identificação do volume de práticas de Dança por todo país através do programa do PELC e o período dos convênios inscritos no programa entre os anos de 2010 a 2014. Realizamos, também, um levantamento do número total de convênios, bem como uma tabela com a incidência anual das práticas de Dança, além do registro das localidades regionais destas ocorrências e, posteriormente, um quadro expositivo dos estilos de dança encontrados em cada convênio.

É importante ressaltar que os dados contidos na plataforma MIMBOÉ são lançados pelos agentes sociais, que são protagonistas do processo e “[...] podem ser considerados agentes: gestores, professores de Educação Física, educadores populares e comunitários, demais profissionais de áreas afins ao lazer e envolvidos diretamente na execução do Programa [...]” (BONALUME, 2010, p.8). O PELC tem como uma de suas ideias-base a construção de uma política pública de lazer por meio da gestão participativa dos cidadãos das comunidades locais, o que incide num constante processo formativo para estas comunidades.

Segundo Silva e Gomes,

[...] orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e esporte recreativo; por meio dessa organização participativa, o programa almeja que cada cidade formule e desenvolva sua própria política pública de esporte e lazer considerando as especificidades da realidade local”. (2016, p.16).

Em contato com este instrumento de registro, constatamos que não há regularidade na forma de preenchimento dos relatórios sobre as atividades dos programas do PELC. Apesar de toda orientação e informação das equipes de acompanhamento dos programas, os agentes sociais, com distintas formações e experiências, fazem os registros de informações sobre a realização das atividades dos programas de várias formas no lançamento *online* requerido na Plataforma MIMBOÉ. Esta irregularidade não foi um fator impeditivo para a pesquisa mas, ainda assim, limitou o processo de obtenção e organização dos dados. Por vezes, algumas informações que constavam em um determinado convênio não haviam sido lançadas em outros como, por exemplo, o registro

---

<sup>2</sup> O PELC possui uma estrutura organizacional em módulos de formação, planejamento e execução das atividades. Cada módulo prevê um grupo de desafios de estudo, planejamento e atividades a serem realizadas pelos agentes sociais em seus locais de atuação sob o acompanhamento de um formador da equipe da UFMG.

do número total de participantes das práticas de dança em cada convênio, o lançamento dos eventos previstos, bem como o das atividades assistemáticas previstas, a população local, o público-alvo ao qual as atividades são destinadas (crianças/adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência...), de quantos núcleos o convênio dispõe, dentre outras informações. Apesar de o MIMBOÉ ter um padrão de informações a serem preenchidas, tais preenchimentos definitivamente não são feitos em sua totalidade. O mapeamento, como programado previamente, não foi possível em sua plenitude. A execução desta pesquisa passou por pequenas dificuldades, não somente na identificação da limitação de dados, mas também em alguns atrasos de repasse e compras de equipamentos que alteraram seu cronograma de realização. Mas, este “atraso” nos beneficiou com uma prorrogação de cronograma por mais 8 meses em que optamos por redimensionar a abordagem metodológica da pesquisa e buscar mais dados em outras fontes. Reelaboramos a metodologia para uma coleta de dados advindos das pessoas responsáveis pela realização dos programas. Esta mudança na metodologia e no cronograma necessitou de reescrita da proposta e encaminhamento para aprovação do Comitê de ética (COEP) da UFMG, já que implicava no uso de informações oriundas de documentos e advindas dos coordenadores pedagógicos e professores dos programas. Foi elaborado e enviado *online*, via *e-mail* com link direto para um programa de *software* de pesquisa chamado *Survivo*. Os *e-mails* foram enviados aos coordenadores e professores identificados através de tabelas de contatos do Ministério dos Esportes. Junto ao questionário, foi enviada uma carta de apresentação, informando o anonimato do interrogado, os objetivos da pesquisa e o termo de livre esclarecimento e a autorização para uso dos dados. O questionário foi composto por questões abertas e fechadas com mais opções de respostas e simplicidade de redação para uma boa compreensão dos respondentes.

Após os devidos ajustes, o estudo apresentado foi desenvolvido a partir de (1) pesquisa bibliográfica sobre a dança como prática de lazer, as relações estabelecidas entre os programas e as políticas públicas e o lazer; (2) pesquisa documental, baseada nos relatórios dos convênios finalizados e entregues ao Ministério do Esporte e a UFMG, a partir de 2010. Um levantamento composto por 2 etapas: um primeiro contato com os relatórios para identificação da forma, conteúdo e tipo de informações que compõem estes documentos para realização de fichas de caracterização e roteiros de busca. Ao fim desta etapa, elaboraremos os instrumentos de registro dos dados coletados para constituição do banco de dados. No segundo contato documental, entramos na fase de identificação e coleta de dados propriamente dita. Rastreamos



minuciosamente os relatórios físicos (2010-2013) e os lançados *online* no Sistema Mimboé (2014 a 2016), etapa de caráter exploratório; **(3)** A aplicação de questionários destinados às pessoas que trabalham ou trabalharam nestes convênios, selecionados na pesquisa documental; **(4)** Sistematização dos dados para análises. Etapa de caracterização dos dados. Fase de análise qualitativa de dados que nos permitiram acompanhar o desenvolvimento das atividades sistemáticas e assistemáticas de dança no PELC e **(5)** Mapeamento das atividades realizadas no território nacional através da implementação execução do PELC.

## Da Dança no PELC

(...) a dança: uma produção social efêmera, um patrimônio cultural imaterial. Está presente nas mais variadas sociedades, em diferentes formas e expressões. A dança é uma manifestação artística, criação de indivíduos, representação de um povo. Dança é arte e, como toda forma de arte, parte da expressão individual e gera a memória coletiva de um povo. (STRAZZACAPPA, 2007, p.16)

As intervenções de dança dentro de um Programa que envolve todas as faixas etárias, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, que estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, requer o reconhecimento da abrangência e da potência social, política e econômica da área. Ficamos perante uma aproximação da realidade de como, onde e o que estas ações têm abordado, contribuindo para que e o lazer seja tratado como política pública e direito de todos e, neste contexto, a dança como parte deste conjunto de ações.

Durante a etapa de coleta de dados da pesquisa no MIMBOÉ, dispúnhamos de registros de convênios cadastrados entre os anos de 2010 a 2014, já que os de 2015 e 2016, em sua maioria ainda em andamento, não tinham informações lançadas no sistema. Identificamos um total de 160 convênios neste período. Desta amostra, 142 convênios (aproximadamente 88,7%) apresentavam registros sobre a realização de práticas de dança de forma assistemática e/ou sistemática, o que nos confirmou a grande ocorrência de práticas de dança nos PELCs.

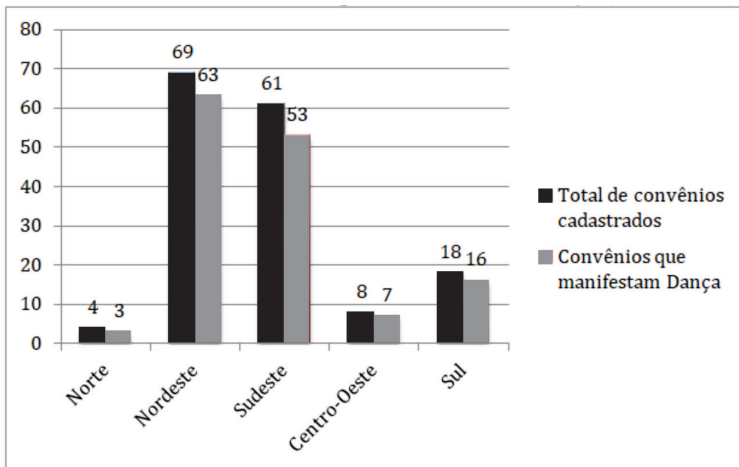
**TABELA 1 – Total de convênios cadastrados no PELC entre 2010 a 2014 e as manifestações de dança**

	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
<b>Total de convênios cadastrados</b>	3	6	58	37	56	<b>160</b>
<b>Convênios que registram a dança</b>	0	0	51	36	51	<b>138</b>

Fonte: Plataforma MIMBOÉ/ME (2010-2014).

Dada a abrangência dos programas no território nacional, elencamos abaixo o quantitativo de propostas que registram a dança em suas atividades, mas por região do país. Realizar o mapeamento destas abordagens por região nos apresenta indícios para reflexão sobre a próxima etapa da caracterização das manifestações de dança nos programas, que é a identificação dos estilos de dança trabalhados.

**Gráfico 1 - Total de convênios que manifestam a Dança (2010-2014)**



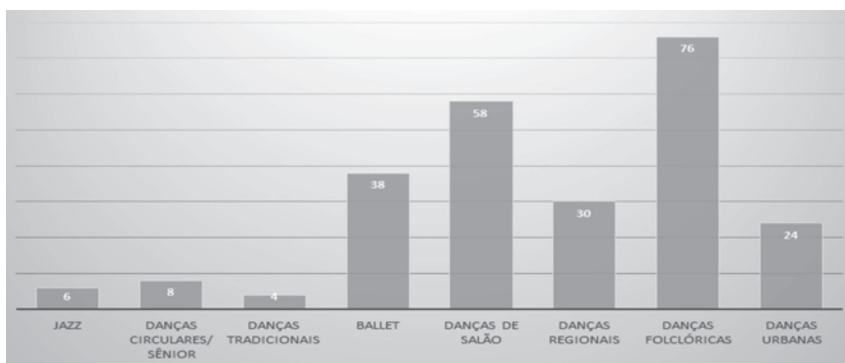
Fonte: Plataforma MIMBOÉ/ME (2010-2014).

Dos 142 convênios, 80 (aproximadamente 56,33%) apresentam registros sobre os estilos de dança trabalhados nos Programas. Tal informação nos indica que 43,66% (62 convênios) carecem de outra forma de acesso para coleta de dados para realização de um mapeamento dessas práticas de forma mais abrangente, motivo pelo qual, no questionário destinado aos coordenadores dos PELCs, incluímos a solicitação de informações sobre quais são os estilos

de dança trabalhados, assim como quais deles são mais requisitados nos diversos convênios, quais os índices de procura por práticas de dança nesses locais, qual o público que pratica dança, dentre outros dados solicitados para que pudéssemos compreender melhor as apropriações da dança nestes espaços em que a dança se faz presente como alternativa de lazer educacional.

Identificamos diferentes estilos de dança trabalhados nos 80 convênios que apresentaram registros referentes às práticas realizadas. Destes, identificamos os 8 principais tipos de dança trabalhados, nos quais 76 destes convênios trabalham ou trabalharam com as Danças Folclóricas entre os períodos de 2010 a 2014.

**Gráfico 2 – Estilos de danças trabalhados nos convênios (2010-2014)**



**Fonte: Plataforma MIMBOÉ/ME (2010-2014).**

É importante ressaltar como é tênue a distinção ou a separação entre os conceitos de danças tradicionais, danças folclóricas e danças regionais já que, por vezes, uma determinada dança pode ser encaixada em ambas as categorias citadas. Neste sentido, tais categorizações foram feitas a partir da forma como os agentes relatavam no MIMBOÉ os estilos de dança trabalhados por eles. Dentre os objetivos propostos para as ações dos programas PELC está: “Valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo”. Uma das questões que nos fez refletir sobre a possibilidade da influência deste objetivo geral na seleção de práticas de dança folclóricas como parte dos planejamentos dos PELCs. No Brasil, historicamente a dança vem se firmando como parte identitária das diferentes regiões e etnias que compõe nossa cultura, uma das vivências de grande potencialidade para valorização e fortalecimento da cultura local e forma lúdica de socialização e aprendizagem.

As danças folclóricas fazem parte das expressões populares são identitárias da diversidade cultural capazes de promover a valorização das diferenças étnicas, de gênero, raça, classe social e econômica já que, enquanto expressão corporal, se fundamentam em tradições, ludicidades e representações que, através da arte, da educação e do lazer, envolvem os diversos grupos que coabitam o território brasileiro. O reconhecimento da identidade cultural, também para dança, é um tema relevante para as propostas políticas e educacionais que combatam as discriminações, exclusões, num processo de aceitação e tolerância das diferenças para fortalecer e perpetuar os direitos sociais, as políticas públicas e as liberdades de expressão. Compreendemos a identidade em nossos debates a partir de sistemas culturais, ou seja, como culturalmente formada. “As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história” (HALL, 1996, p.70).

De acordo com Silva e Gomes,

Reconhecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo, pois cada município, cada contexto e cada comunidade têm costumes e tradições próprias que se manifestam, por exemplo, nas danças, nos jogos e nas brincadeiras próprias de determinado local. (2016, p.16).

Em relação ao tipo de atividade no qual as danças aparecem nos programas, se sistemáticas (trabalhos contínuos e periódicos) ou se assistemáticas (tais como eventos, festivais culturais, festivais de dança, dentre outros), constatamos que há uma tendência maior à realização de práticas de dança de forma assistemática, em detrimento da dança como prática sistematizada. Apesar de termos identificado igualdade entre as atividades sistemáticas e assistemáticas, nos poucos questionários que recebemos como retorno, cerca de 20% da amostra, é fato que as manifestações da dança estão muito relacionadas aos eventos e festividades em nossa cultura. Não compreendemos esta questão como algo negativo e sim característico a outra potencialidade educacional, pois consideramos que a aprendizagem no âmbito do lazer se consolida também em outras dinâmicas. A experiência lúdica com a dança, capaz de significá-la como lazer pode se materializar na contemplação, vivência, criação. Portanto, “não há necessariamente uma oposição antitética entre diversão, contemplação estética ou aprendizado de conteúdos formais. Tudo isso pode perfeitamente conviver entre si em um mesmo espaço-tempo”. (ALVES JUNIOR; DIAS, 2013, p.77).

Partimos da compreensão de que o lazer é educativo e formativo e de que sua vivência oportuniza as relações sociais, as interpretações e

re-significações do mundo. Marcellino (1987) ressalta que o lazer atitude é a relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade. Assim, várias situações poderão se tornar oportunidade para a prática do lazer, até mesmo o trabalho. O tempo e o espaço de lazer são também tempo e espaço de aprendizado e produção de cultura e de demarcação de identidades culturais.

## **A dança e o lazer educacional**

As dificuldades com a obtenção de mais informações sobre como a dança vem sendo apropriada nos PELCs não nos possibilitou um amplo mapeamento. Dentre os limites desta investigação, cabe registrar que não atingimos todos nossos objetivos, o que nos instigou nesta trajetória a ampliar nosso olhar sobre os dados e as problemáticas que identificamos ao longo da pesquisa e que nos possibilitaram outras reflexões.

A dança é uma das possibilidades de fruição do lazer.

(...) o lazer representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente. Essa necessidade concretiza-se na ludicidade e pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural. (GOMES, 2014, p.12).

A dança, dentre as diversas linguagens artísticas apropriadas como atividades educacionais, está intensamente presente em projetos sociais, com diferentes abordagens e é desenvolvida nos espaços escolares e comunitários em parcerias várias com governos, ONGs, entidades filantrópicas e de iniciativa privada através de editais e recursos públicos. Tal fato redimensiona as análises sobre o ensino da dança no Brasil e nos provoca a estarmos atentos à necessidade de reflexões teóricas e práticas sobre as intervenções e abordagens metodológicas construídas nestes contextos que recebem outros sentidos quando abordadas em projetos sociais que promovem práticas educativas através da arte, do esporte, da cultura, da educação e do lazer.

Segundo Siqueira:

A dança constitui um objeto de análise privilegiado da contemporaneidade – inserida em um contexto cultural ou em um meio sujeito a práticas socioculturais específicas, como qualquer objeto de cultura, é marcada por sua época, plena de características de seu tempo. É próprio da dança representar o mundo tanto em sua totalidade quanto em sua diversidade. (2006, p.209).

Dentre às concepções sobre o lazer adotamos, enquanto embasamento teórico, a definição de Gomes (2004, p.125) que aponta o lazer como um fenômeno que não é isolado do contexto social ao qual se insere. A identidade cultural é vista como uma forma de identidade coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes, busca suas semelhanças e valores no fortalecimento de seus direitos. Perante a vasta diversidade de estilos de dança, pensamos que a escolha por desenvolver práticas de danças vinculadas às matrizes do folclore, da cultura popular caracteriza a centralidade destas manifestações na construção de propostas comunitárias nos programas do PELC que, por sua vez, se vincula à concepção de lazer abordada nos estudos de Gomes (2004), que compreende o Lazer como um fenômeno social que não é isolado do contexto social ao qual se insere:

(...) uma dimensão da cultura constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo. (GOMES, 2004, p.125).

De acordo com Alves (2013, p.1), no Brasil as danças folclóricas, além do recorrente caráter religioso, expressam também em seus movimentos, elementos simbólicos das memórias étnicas e culturais de suas raízes históricas, que se transformaram, adequando-se ao momento vivido no tempo e no espaço. Nesta perspectiva, compreendemos que as diferentes atividades trabalhadas nos PELCs estão vinculadas às diferentes culturas dos sujeitos participantes dos programas e, portanto, seus costumes, valores, concepções, formas de ver e viver o mundo estarão interligadas às práticas de lazer trabalhadas nestes locais. Portanto, o PELC, ao apresentar como um de seus objetivos específicos “orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e esporte recreativo” (SILVA; GOMES, 2016, p.16), permite que cada comunidade desenvolva a sua implementação de política pública de acordo com especificidades e necessidades de cada local. É por meio de tais objetivos que se faz possível que atividades folclóricas – no caso, as danças folclóricas – sejam vivenciadas e re-apropriadas pelos participantes do Programa de como forma de resistência e de valorização das manifestações culturais brasileiras.

Mas, não somente as manifestações folclóricas de matrizes populares estão nestes programas. Além de outros estilos, cabe destaque a quantidade de relatos sobre as danças de rua, ou urbanas. Há uma crescente adesão dos jovens a esta forma de expressão contemporânea em dança no Brasil. Uma representação que se distancia tradicionalmente dos códigos de identidade do

regionalismo, da história brasileira, já que traz consigo o hibridismo de culturas internacionais na música, nos movimentos e ressignifica estas influências ao produzir suas expressões próprias. O fato é que não são os tipos ou estilos de dança que definem a importância desta prática nos programas sociais e sim a presença da dança como prática artística e educacional que, através do corpo, materializa identidades, direitos, sonhos e produz cultura.

Em nossas considerações finais, ressaltamos que estas reflexões corroboram para além do registro destas ações, para compreensão das políticas públicas engajadas à diversidade, ao envolvimento e a capacidade de adesão e mobilização que a dança pode promover como prática de lazer. É imprescindível que, no reconhecimento da abrangência e da potência social, política e econômica da dança, sejam realizadas mais pesquisas para aproximação da realidade de como, onde e o que estas ações têm abordado, contribuindo para que sua apropriação como lazer seja tratada também como política pública e direito de todos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES JUNIOR, E. D.; DIAS, C. Lazer: um direito de todos. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.8, n.23, p.1-160, set-dez 2013.
- BONALUME, C. R. **Formação no Programa Esporte e Lazer da Cidade: política intersetorial – PELC e Pronasci**. Vol.2. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.
- GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.3-20, 2014.
- GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- HALL, S. Identidade cultural e diáspora. **IPHAN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, p.68-75, 1996.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. 10ed. Campinas: Papyrus, 1987.
- MELO, V. A. “Projetos Sociais” de Esporte e Lazer: reflexões, inquietações, sugestões. **Revista Quaderns d’Animació i ed ació social**. Valencia-ES, n.7, Enero de 2008. Edita: Mario Viché. Disponível em <<http://quadernsanimacio.net>> , Acesso em: 03, maio. 2018.
- SARAIVA, M. C.; KLEINUBING, N. D. **Dança: diversidade, caminhos e encontros**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- SILVA, J. L. F.; GOMES, C. L. **Princípios teórico-metodológicos do PELC**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.
- SIQUEIRA, D. C. O. **Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- SOARES, M. M.; KHALIFA, M. P. **Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Programas PELC E Vida Saudável – MIMBOÉ: Relatório de atividades 2014**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- STRAZZACAPPA, M. Compartilhando um outro olhar sobre o ensino de dança. In: FALCÃO, J. L. C.; SARAIVA, M. do C. (Orgs.). **Esporte e lazer na cidade: a prática teorizada e a teoria praticada**. Florianópolis: Lagoa, 2007.



## **MINI CURRÍCULO DOS AUTORES:**

### **Elisângela Chaves**

Graduada em Educação Física UFV (1995), mestre em Educação pela FaE/UFMG (2002) e doutorado em Educação pela FaE/UFMG (2013). Professora da área de Dança no Curso de Educação Física da UFMG. Coordenadora geral e acadêmica da EAD do Programa PELC e vida Saudável do Ministério do Esporte/UFMG. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer. Líder do Grupo de Pesquisas EduDança.

### **Natália de Oliveira Silva**

Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de Iniciação Científica da Rede CEDES 2016-2018. Bolsista do PIBID/Residência – UFMG. Membro do Grupo de Pesquisa Edudança.